

## **Um pouco da história**

O INEP - denominado inicialmente de Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - foi criado através da Lei nº. 378, de 13 de janeiro de 1937. Sua principal função era a pesquisa, para orientar a formulação de políticas públicas. Também atuava na seleção e treinamento do funcionalismo público da União. Pouco tempo depois, o INEP já era o principal órgão de assessoramento do Ministério da Educação e Saúde, tendo realizado importantes pesquisas a respeito da diversificação cultural das regiões brasileiras e do modo de distribuição de recursos federais aos Estados. Estas informações passaram a ser publicadas no Boletim Mensal do INEP, criado em julho de 1940 e, em julho de 1944, na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - RBEP.

Paralelamente, o Instituto passou a promover atividades de apoio técnico a órgãos ligados à educação, mantendo cursos de especialização de professores nas várias regiões do país e o intercâmbio com instituições estrangeiras, promovendo a troca de experiências na área educacional.

Na década de 50 uma das principais tarefas executadas foi a realização de levantamentos sobre as condições de ensino em cada uma das unidades federativas.

Em 1972 o INEP foi transformado em órgão autônomo, passando a denominar-se Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, que objetivava realizar um levantamento da situação educacional do país. Este levantamento deveria subsidiar a reforma do ensino em andamento - mediante aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 5.692/72) - bem como ajudar na implantação de cursos de pós-graduação.

A década de 80 marca o início de um processo de reestruturação do órgão, com ênfase no fortalecimento de sua capacidade técnica e na ampliação e capacitação de recursos humanos, definindo as seguintes prioridades: fomento a projetos de pesquisa; suporte às Secretarias do MEC na avaliação da realidade educacional do país e; colaboração na ampliação do processo de disseminação das informações produzidas.

Em 1981 foi lançado o Em Aberto, que possuía um caráter técnico e de assessoramento interno ao MEC, sendo modificado, mais tarde, para o atendimento de professores e especialistas fora da estrutura do Ministério.

Com o governo da Nova República, em 1985, o INEP passa por um novo desenho institucional. Retira-se do fomento à pesquisa para retomar sua função básica de suporte e assessoramento aos centros decisórios do Ministério da Educação.

Após o período de dificuldades por que passou no início do governo Collor, quando quase foi extinto, o INEP inicia outro processo de reestruturação e redefinição de sua missão, centrada em dois objetivos: reorientação das políticas de apoio a pesquisas educacionais, buscando melhorar sua performance no cumprimento das funções de suporte à tomada de decisões em políticas educacionais; e reforço do processo de disseminação de informações educacionais, incorporando novas estratégias e modalidades de produção e difusão de conhecimentos e informações. Atribuiu-se ao INEP, também, as responsabilidades técnicas e operacionais para a implantação de um sistema nacional de avaliação da educação básica - o SAEB - até então a cargo da Secretaria Nacional de Educação Básica.

Em 1997, o INEP foi transformado em autarquia federal.

O INEP, na sua nova configuração autárquica, tem por finalidade:

- planejar, orientar e coordenar o desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional, visando ao estabelecimento de indicadores de desempenho das atividades de ensino no País;
- apoiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional;
- apoiar o desenvolvimento e a capacitação de recursos humanos necessários ao fortalecimento de competências na área de avaliação e informação educacional no País;
- desenvolver, implementar e manter sistemas de informação e documentação que abranjam estatísticas e avaliações educacionais;
- subsidiar a formulação de políticas educacionais, mediante a elaboração de diagnósticos decorrentes dos processos de avaliação efetuados;

- coordenar o processo de avaliação dos cursos de graduação, em conformidade com a legislação vigente;
- coordenar o processo de realização de exame nacional de ensino médio;
- promover a disseminação das informações educacionais, dos estudos e da documentação, produtos dos seus sistemas de informação;
- articular-se, em sua área de atuação, com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais, mediante ações de cooperação institucional, técnica e financeira, bilateral e multilateral;
- promover e coordenar a articulação e cooperação de caráter técnico-científico com os demais órgãos do Ministério da Educação, secretarias de educação dos Estados e do Distrito Federal, instituições de ensino e pesquisa, centros de referência e entidades privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais, visando ampliar e qualificar a disseminação e a produção de conhecimentos e informações educacionais.

- **Quando e como foi criado o Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)?**

O Inep - denominado inicialmente de Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - foi criado por meio da Lei nº. 378, de 13 de janeiro de 1937. Sua principal função era a pesquisa, para orientar a formulação de políticas públicas. Também atuava na seleção e treinamento do funcionalismo público da União.

Pouco tempo depois, o Inep já era o principal órgão de assessoramento do Ministério da Educação e Saúde, tendo realizado importantes pesquisas a respeito da diversificação cultural das regiões brasileiras e do modo de distribuição de recursos federais aos Estados. Estas informações passaram a ser publicadas no Boletim Mensal do Inep, criado em julho de 1940 e, em julho de 1944, na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - RBEP.

Paralelamente, o Instituto passou a promover atividades de apoio técnico a órgãos ligados à educação, mantendo cursos de especialização de professores nas várias regiões do país e o intercâmbio com instituições estrangeiras, promovendo a troca de experiências na área educacional.

Na década de 50 uma das principais tarefas executadas foi a realização de levantamentos sobre as condições de ensino em cada uma das unidades federativas.

- **Que marco importante tem a década de 80 para o Inep ?**

A década de 80 marca o início de um processo de reestruturação do órgão, com ênfase no fortalecimento de sua capacidade técnica e na ampliação e capacitação de recursos humanos, definindo as seguintes prioridades: fomento a projetos de pesquisa; suporte às Secretarias do MEC na avaliação da realidade educacional do país e; colaboração na ampliação do processo de disseminação das informações produzidas.

Em 1981 foi lançado o Em Aberto, que possuía um caráter técnico e de assessoramento interno ao MEC, sendo modificado, mais tarde, para o atendimento de professores e especialistas fora da estrutura do Ministério.

Com o governo da Nova República, em 1985, o Inep passa por um novo desenho institucional. Retira-se do fomento à pesquisa para retomar sua função básica de suporte e assessoramento aos centros decisórios do Ministério da Educação.

Após o período de dificuldades por que passou no início do governo Collor, quando quase foi extinto, o Inep iniciou outro processo de reestruturação e redefinição de sua missão, centrada em dois objetivos: reorientação das políticas de apoio a pesquisas educacionais, buscando melhorar sua performance no cumprimento das funções de suporte à tomada de decisões em políticas educacionais; e reforço do processo de disseminação de informações educacionais, incorporando novas estratégias e modalidades de produção e difusão de conhecimentos e informações. Atribuiu-se ao Inep, também, as responsabilidades técnicas e operacionais para a implantação de um sistema nacional de avaliação da educação básica - o Saeb - até então a cargo da Secretaria Nacional de Educação Básica.

Anísio Spínola Teixeira nasceu na cidade baiana de Caetité, a 12 de julho de 1900, filho de Diocleciano Pires Teixeira e Ana Spínola Teixeira. Em 1907, iniciou os estudos primários com os Jesuítas no Colégio São Luís de sua cidade natal, realizando os estudos secundários no Colégio Antônio Vieira, de Salvador, a partir de 1914. Em 1922 bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Foi nomeado em 1924 Inspetor Geral de Ensino do Estado da Bahia. No ano seguinte realizou a primeira viagem à Europa, observando os sistemas escolares da França, Bélgica, Itália e Espana. Em 1926 inaugurou a Escola Normal de Caetité. Comissionado por lei, viajou aos Estados Unidos em abril de 1927 para realizar estudos de organização escolar. No ano seguinte publicou seu primeiro livro, Aspectos americanos de educação, com suas observações sobre a América do Norte. Em 1928, voltou aos Estados Unidos para um curso de 10 meses no Teachers College da Universidade de Colúmbia, em Nova York, quando se familiarizou com o pensamento de John Dewey, e em 1929 escreve a introdução à tradução brasileira do livro Vida e educação, de John Dewey, que traduziu, editado pela Melhoramentos. "A pedagogia de Dewey" é o título dessa introdução.

Nesse mesmo ano, graduou-se como Master of Arts especializado em Educação pela referida Universidade. Regressando ao Brasil, foi nomeado catedrático de Filosofia e História da Educação da Escola Normal de Salvador, função que exerceu até 1931, quando começou a atuar em nível federal, integrando a Comissão encarregada dos estudos relativos à reorganização do ensino secundário no País. Ao mesmo tempo, participou intensamente das articulações para o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, divulgado em 1932. Foi designado em 1932 Superintendente do Serviço Geral de Inspeção dos institutos de ensino secundário, pelo Ministro Francisco Campos. Também em 1932 publicou o segundo livro, Educação progressiva - uma introdução à filosofia da educação. No mesmo ano casou-se com D. Emilia Telles Ferreira, em Salvador. Atendendo a convite de Pedro Ernesto, prefeito do Distrito Federal, foi nomeado, em 1931, Diretor do Departamento de Educação do Distrito Federal, mais tarde Secretaria, cargo que exerceu até 1935. Ainda em 34 foi nomeado catedrático de Filosofia da Educação do Instituto de Educação do Distrito Federal e publicou seu terceiro livro, Em marcha para a democracia. A 1º de dezembro de 1935, demitiu-se do cargo de Secretário de Educação do Distrito Federal por motivos políticos.

Em 1936, publicou seu quarto livro: Educação para a democracia - introdução à administração de um sistema escolar. Ao longo do período do Estado Novo (37-45) afasta-se da vida pública, dedicando-se a atividades de comércio de mineração. A partir de 1946 passou a exercer a função de Conselheiro da Unesco para o ensino superior. De 1947 a 51, exerceu o cargo de Secretário de Educação e Saúde do Estado da Bahia, atendendo a convite do Governador Otávio Mangabeira. No final da gestão inaugurou o Centro Educacional Carneiro Ribeiro. Em 1951 voltou a atuar no plano federal como Secretário Geral da CAPES e no ano seguinte como Diretor do INEP. Em 1954, publicou seu quinto livro, A universidade e a liberdade humana, pelo Serviço de Documentação do MEC.

Criou em 1955 a rede de Centros de Pesquisa no âmbito do INEP. Lançado pela Editora Nacional, surge em 1956 seu sexto livro: A educação e a crise brasileira. Ainda nesse ano editou seu sétimo livro, Educação não é um privilégio, pela José Olympio Editora, e tornou-se professor contratado de Administração Escolar e Educação Comparada da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. A partir de 1958 liderou a Campanha de âmbito nacional em defesa da escola pública, participando

com Fernando de Azevedo do lançamento de novo Manifesto (em 1959), que esposou os princípios da educação pública, universal, gratuita e obrigatória, como ocorreu em 1932. com a implantação da LDB, foi nomeado para o Conselho Federal de Educação, com mandato de 6 anos.

Em 1963 foi eleito reitor da Universidade de Brasília. Até então, participou de numerosas reuniões internacionais na área da educação, ministrou cursos e proferiu conferências no exterior. Em 1964 foi demitido do INEP e da Cátedra na Faculdade Nacional de Filosofia, mas foi mantido no Conselho Federal de Educação até o final de seu mandato em fevereiro de 1968. Ao longo de 1966, tornou-se consultor de Educação da Fundação Getúlio Vargas, ajudando a preparar as bases para o IESAE. Ao mesmo tempo, era consultor de Educação da Companhia Editora Nacional. A partir de 1967, começou a republicar seus livros por essa editora: 1) Pequena introdução à filosofia da educação, 2) Educação no Brasil, 3) Educação e o mundo moderno. De 1968 a 1969, com pequena equipe, realizou um survey solicitado pela Banco Interamericano de Desenvolvimento sobre as universidades brasileiras. Em 1970, recebeu o título de Professor Emérito da Universidade do Rio de Janeiro. Faleceu a 11 de março de 1971.

#### Fundação Anísio Teixeira

Autor de vasta obra, o primeiro a tratar a Educação com base filosófica em nosso país, Anísio Teixeira não foi somente um pensador, mas revelou-se também um homem de ação política, na defesa da generalização das oportunidades de educação a toda a sociedade. Para ele, o compromisso básico de qualquer Estado, no caminho da democratização, é de oferecer escola gratuita, com caráter obrigatório nos primeiros níveis, como pressuposto fundamental para a construção e efetivação da cidadania. Iniciando-se na vida pública aos 23 anos como Inspetor Geral do Ensino, em nosso Estado, no Governo Góes Calmon, Anísio passou praticamente toda a vida envolvido com assuntos de educação, atuando pioneiramente a nível nacional, em quase tudo que se inovou nesse campo, desde a década de 20. O que vale destacar, no entanto, é que muitas de suas propostas ainda possuem forte marca de atualidade, sem falar no estilo muito próprio, de ação intelectual que portava, agitado por natureza, que valorizava o criticar e o criticar-se na busca da verdade a partir da intervenção sistemática no sentido do conhecimento da realidade, baseando-se em que o mundo se encontrava em processo acelerado e contínuo de mudanças.

A tentativa de atualizar a contribuição educacional de Anísio Teixeira, deve orientar-se por esse espírito dinâmico, sem a obrigação de centrar-se na mera transposição de suas propostas para a realidade atual e, também, sem o preconceito arraigado entre muitos educadores e educólogos, de que o suposto liberalismo que informa sua ação de educador, o torna superado.

Dentre as questões que ocuparam a vida de grande educador baiano, nenhuma é de mais flagrante atualidade, que a da defesa da "escola pública, gratuita, única, obrigatória e laica", conforme o inscrito no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, do qual foi um dos signatários. Neste caso, o mérito de Anísio está em tornar explícita a necessidade da busca de um conteúdo político para essa luta, vinculando-a com a própria concepção de democracia (sem adjetivos). Para ele, não é possível a gestação de um Estado democrático, sem que seja estabelecido um compromisso de ampliação progressiva das oportunidades de educação. É evidente que não basta a fixação do princípio, sendo também necessária a elaboração de uma estratégia de ação. Isso se elaborou para a sua época, com relativo sucesso. Cabe-nos, armados do princípio, analisado as experiências anteriores e incorporando os fatos da atualidade, formular a nova estratégia. Seria agora, por exemplo, o caso de estarmos exigindo pronunciamento dos candidatos à Presidência da República a respeito e impedindo que a questão se perdesse no âmbito das Secretarias de Educação, dos Estados e Municípios, a lançarem números de escolas e vagas implantadas somente como forma de propaganda, explorando a ignorância popular a respeito da verdadeira dimensão do problema.

Outra contribuição de Anísio Teixeira, que vale ser retomada, refere-se à compreensão da escola como equipamento a integrar-se harmonicamente com o desenvolvimento urbano, ou, no caso do campo, com as vocações específicas de cada região. A alocação da unidade física escolar não pode ser pensada,

segundo ele, a partir de definições advindas da politicagem ou da mera consideração de interesses isolados. Ela tem que ser pensada em função de parâmetros de planejamento que transcendem o âmbito específico de educação. Ainda nesse particular, Anísio é um dos primeiros dirigentes de Educação a tratar edifício escolar como algo a ser construído e não simplesmente adaptado, contrariamente ao que a iniciativa privada tanto faz ainda hoje, adaptando garagens para o funcionamento de escolas! Tantos são os aspectos da obra de Anísio, cuja atualização cabe ser feita, dado o caráter dinâmico de que se reveste, que nasceu entre seus familiares, amigos, discípulos e admiradores, a idéia de criar-se uma Fundação que vai levar o seu nome. A fundação, de caráter cultural e educacional, tem o propósito primordial de organizar e difundir sua obra, para que alimente um processo amplo e organizado de reflexão sobre o que escreveu ou colocou em prática, particularmente no campo da Educação. A Fundação Anísio Teixeira, em fase final de organização, deverá ser formalmente lançada no dia 21 de setembro, data do aniversário da inauguração do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, cuja Escola Parque o projetou internacionalmente. É também o Dia da Árvore, cuja instituição, na Bahia, a ele se deve, quando em 1924, recém-nomeado para a Inspetoria Geral do Ensino da Bahia, pronunciou um discurso em que a alude à necessidade da preservação do meio ambiente, muito antes que essa preocupação ocorresse entre nós. Espera-se que todos os interessados em elevar a Educação ao nível em que Anísio a colocou, encontrem na fundação ambiente propício para que possam, com o pensamento e a ação, colocá-la à altura de tão honroso nome.

O Presidente da INEP destaca a contribuição do Educador Anísio Teixeira

A presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), Maria Helena Guimarães de Castro, destacou hoje, durante o seminário "Um Olhar sobre Anísio", realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, a contribuição do educador Anísio Teixeira para a educação brasileira.

O evento, em homenagem ao centenário de nascimento do educador, foi promovido pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ e pela Fundação Anísio Teixeira.

Anísio Teixeira ocupou o cargo de presidente do INEP no período de 1952 a 1964. Quando veio o golpe militar, ele foi afastado do comando do INEP, por defender, enfaticamente, a escola pública e a democratização do sistema educacional.

Segundo Maria Helena, "sob a liderança incontestável de Anísio, o INEP soube levar a efeito um magnífico programa de pesquisas, regionalmente articulado, que iluminou a educação brasileira, apontando-lhe importantes rumos, como, por exemplo, a primeira Lei de Diretrizes e Bases". Esta lei, explica a presidente do INEP, promoveu a descentralização administrativa, uma das tônicas da Carta de 1946.

Para Maria Helena, a atuação de Anísio Teixeira à frente do INEP teve papel fundamental na eclosão do movimento de consciência nacional pela reconstrução escolar. "O centenário de Anísio Teixeira proporciona a feliz oportunidade de refletir sobre a história de uma organização que nasceu pioneira e realizou várias iniciativas pioneiras ao longo do seu percurso", afirma.

Fundado há 62 anos, o INEP assumiu, nos últimos anos, a missão de produzir e disseminar informações para subsidiar as políticas educacionais dos diferentes níveis de governo. Este novo perfil institucional responde às necessidades mais recentes da educação brasileira, dando suporte aos esforços para a melhoria da qualidade do ensino.

"A sintonia com o ambiente educacional mais descentralizado, participativo e transparente exigia que o INEP assumisse claramente a vocação de centro especializado em avaliação e informação educacional, de modo a subsidiar a formulação das políticas educacionais e apoiar o desenvolvimento da educação nacional", assinala.

Segundo Maria Helena, as informações disponibilizadas atualmente pelo INEP orientam importantes iniciativas do Ministério da Educação, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), e programas como o do livro didático e o da merenda escolar.

O Exame Nacional de Cursos, mais conhecido como Provão, vem mudando a realidade dos cursos de graduação. O Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem, está contribuindo para impulsionar a reforma do ensino médio, induzindo mudanças nos processos de avaliação, tanto dos sistemas educacionais como dos exames seletivos de ensino médio e de acesso ao ensino superior. Já o Sistema de Avaliação da

Educação Básica (Saeb) orienta ações das três esferas de governo e das escolas privadas pela melhoria da eficiência dos sistemas de ensino.

Conforme Maria Helena, o INEP de ontem e hoje busca, por caminhos necessariamente diferentes, o mesmo objetivo traçado por Anísio Teixeira, que é o de promover e apoiar o desenvolvimento educacional do País.

### **Discurso de Posse do Professor Anísio Teixeira no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos**

Com a presença de altas autoridades, de destacadas figuras dos meios educacionais do país, professores e parlamentares, realizou-se, em 4 de julho, a solenidade de posse do professor Anísio Spínola Teixeira no cargo de Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, em substituição ao Dr. Murilo Braga de Carvalho, que pereceu em trágico acidente aéreo. O professor Anísio Teixeira pronunciou então significativo discurso, que "REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS" tem a oportunidade de publicar a seguir.

Cumprir-me reconhecer, antes de mais nada, Senhor Ministro, a honra que me fizeram o Senhor Presidente da República e Vossa Excelência confiando-me a responsabilidade do Instituto Nacional dos Estudos Pedagógicos, quando este perde o seu jovem e diligente diretor, o Dr. Murilo Braga, vitimado em lamentável catástrofe aérea, no cumprimento de missão do seu cargo.

Devo declarar, entretanto, que aceito o encargo, acima de tudo, como uma imposição do dever. Sou dos que pensam que estamos vivendo uma hora de aguda premência e de grandes exigências da vida nacional, em que nenhum de nós pode e deve recusar a investidura para que o convoquem as circunstâncias, de vez que se nos reconheçam (ou presumam) condições de especialização e experiência para o seu desempenho. E aqui estou, convocado pela amizade com que me distingue Vossa Excelência, pela confiança com que se dignou de honrar-me Sua Excelência o Senhor Presidente da República e pelos longos anos de preocupação que tenho dedicado aos problemas de educação - no Brasil.

Épocas, como a nossa, já têm marcado a humanidade, nas suas transformações históricas; mas, não creio que, em nenhuma delas, como na atual, tenha havido uma consciência tão viva de transição e perigo.

Esta consciência de perigo está ameaçando imobilizar-nos numa posição de apatia, ante a vastidão e complexidade das mudanças em curso e é contra isto que se ergue a nossa própria noção de dever, para obrigar-nos a aceitar o posto - seja qual for - na batalha sem fim pelo desenvolvimento, vale dizer, pela integração e recuperação, nos seus novos aspectos, dos valores morais e espirituais de nossa civilização. Estamos, com efeito, a fazer, agora, a nossa revolução industrial, melhor, diríamos, tecnológica, com o seu rol de conseqüências em nosso modo prático de viver, na divisão do trabalho, no surgimento da produção em massa, no enriquecimento nacional e na crescente urbanização da vida brasileira.

Entre as mudanças da ordem tradicional ocorridas, como efeitos de tal causa, em nações avançadas no caminho dessa ampla e intensiva industrialização, nem tudo, convém notar, foi e esta sendo progresso moral, progresso social, em proporção dos progressos materiais realizados e do aumento de poder alcançado. Certos inconvenientes são manifestos e não devem ser desprezados, numa observação imparcial, para que os evitemos, se possível, ou, ao menos, os atenuemos: a perda de senso de comunidade, a exaltação dos propósitos individuais ou de grupos, a indiferença ou descaso pelos códigos morais, o gosto pela excitação vazia, senão prejudicial - em detrimento dos valores mais finos e altos da civilização.

Mas, enquanto, alguns desses povos avançados, começando mais cedo, ainda nos vagares do século dezenove, que, a rigor, se estendem até 1914, puderam realizar a imensa tarefa da educação popular pela escola, deparando-se, agora, com o problema da revisão, redireção e refinamento dessa instituição, não chegamos nós a criar um sistema comum e sólido de educação popular, e já as contingências de crescimento nos estão a pedir medidas e instituições como as das leis do trabalho urbano e rural - que deviam assentar em um robusto e consistente sistema de educação pública. Temos, assim, de realizar, simultaneamente, as "reformas de base", inclusive a reforma agrária, e o sistema universal de educação que não chegamos a construir até hoje, já no meado do século vinte.

Uma das conseqüências dessa evolução, unilateralmente acelerada, da vida nacional vem sendo a incorporação, sem o devido preparo, das massas do campo e das pequenas cidades ao operariado dos

centros industriais e o crescimento vertiginoso das grandes cidades, com os resultados já conhecidos da urbanização intensiva, agravada pela heterogeneidade e ausência de formação dos novos elementos transplantados.

Se esse fenômeno, em nações de sólida estabilidade, tem-se revelado causa de profundos desequilíbrios, que não poderá verificar-se aqui, com essa súbita concentração da população ineducada nas cidades em crescimento e a onda de mobilidade a percorrer todo o país, desperto, pelos novos meios de comunicação material e mental, para uma nova e indisfarçável inquietação?

Todos estamos a ver ou sentir o estado de confusão e de crise em que estamos imersos, que não é só o da crise geral de todo o mundo, mas esta mesma crise, já de si séria, tornada mais grave pela tenuidade de nossas instituições e pela impaciência insofrida com que as estamos expandindo, sem cuidar da reconstrução do existente nem de dar, ao novo, as condições de eficiência ou eficácia que os novos tempos estão a exigir.

Tudo isso vem resultar na imposição ao sistema de educação nacional de novos deveres, novos zelos, novas condições e novos métodos. Com efeito, não podemos olhar para a escola, hoje, como se fosse ela apenas aquela pacífica e quieta instituição, que crescia, paralelamente à civilização, nas mais das vezes com um retardamento nem sempre prejudicial sobre as suas mudanças, mas, sempre, cheia de vigor e rigor moral e até, não raro, excessiva em sua preocupação de formar e disciplinar o futuro homem. Hoje, no atropelado do crescimento brasileiro e no despreparo com que fomos colhidos pelas mudanças, a própria escola constitui um mau exemplo e se faz um dos centros de nossa instabilidade e confusão.

O tumulto de forças, deflagradas pelas nossas transformações sociais, fez, com efeito, do campo educacional o campo preferido para a projeção de sua ação desordenada e contraditória, com a exacerbação de certos defeitos crônicos do ensino nacional, a supressão dos freios e resistências, que antes nos impediam improvisações demasiado perigosas, e o envolvimento de tudo em certa simulação técnico-científica, muito característica do período confuso em que vivemos – simulação que, no fundo e na realidade, não passa de uma rígida e pouco inteligente burocratização.

Examinemos, com efeito, embora rapidamente, o panorama de nosso ensino.

O ensino brasileiro, por isto mesmo que era um ensino quase que só para a camada mais abastada da sociedade, sempre tendeu a ser ornamental e livresco. Não era um ensino para o trabalho, mas um ensino para o lazer.

Cultivava-se o homem, no melhor dos casos, para que se ilustrasse nas artes de falar e escrever. Não havia nisto grande erro, pois a sociedade achava-se dividida entre os que trabalhavam e não precisavam educar-se e os que, se trabalhavam, era nos leves e finos trabalhos sociais e públicos, para o que apenas requeria aquela educação.

Quando a educação, com a democracia a desenvolver-se, passou a ser não apenas um instrumento de ilustração, mas um processo de preparação real para as diversas modalidades de vida da sociedade moderna, deparamo-nos sem precedentes nem tradições para a implantação dos novos tipos de escola. Cumpria criar algo em oposição a tendências viscerais de uma sociedade semi-feudal e aristocrática, e para tal sempre nos revelamos pouco felizes, exatamente por um apego a falsas tradições, pois não creio que se possa falar de "tradições" coloniais escravocratas, feudais num país que se fez livre e democrático.

De qualquer modo, a nossa resistência aos métodos ativos e de trabalho sempre foi visível na escola primária, que, ou se fazia escola apenas de ler, escrever e contar, ou descambava para um ensino de letras, com os seus miúdos sucessos de crianças letradas. No ensino chamado profissional, entretanto, é que mais se revelava a nossa incapacidade para o ensino prático, real e efetivo. Este ensino, porque não podia confiar-se ao livresco e verbalístico, não vingava e constituía um espetáculo penoso de instituições murchas e pecas. Só o ensino secundário prosperava, porque aí as tendências nacionais julgavam poder expandir-se, sem a consciência penosa de uma frustração. O ensino superior, embora todo ele de objetivos profissionais, mascarava o seu real academicismo com umas fantasias experimentais menos concretas do que aparatosas.

Todo o ensino sofria, assim, dessa diatese de ensino ornamental: no melhor dos casos, de ilustração e, nos piores, de verbalismo oco e inútil.

A luta contra esse tipo de ensino sempre foi, entretanto, vigorosa, mesmo ainda no tempo da monarquia, recrudescendo vivamente na república. Uma parte culta e mais lúcida do país tinha perfeita consciência do fenômeno e, nos centros que mais se adiantavam, como em São Paulo e no Rio, o esforço por uma verdadeira escola primária, por escolas profissionais autênticas e por escolas superiores eficientes e aparelhadas, chegou a alguns resultados apreciáveis. Não esqueço nunca a saudável impressão que me causou, em São Paulo, ver ginásios decadentes e escolas profissionais vivas e prósperas.

Nos fins da década de 20 a 30, parecia, assim, que estávamos preparados para a reconstrução de nossas escolas. A consciência dos erros se fazia cada vez mais palpitante e o ambiente de preparação revolucionária era propício à reorganização. O país iniciou a jornada de 30 com um verdadeiro programa de reforma educacional. Nas revoluções, como nas guerras, sabe-se, porém, como elas começam mas não se sabe como acabam.

A primeira fase daquela jornada caracterizou-se por ímpeto construtivo e por um esforço singular na recuperação da escola, sem perda da prudência, que uma longa consciência de nossa pobreza em recursos humanos nos haviam inculcado. Menos do que expansão quantitativa, lutamos por melhorar a qualidade de nossas escolas. Todo o movimento era pela reforma de métodos e pela implantação de novos tipos de educação. Surgiu a universidade. Ensaiou-se um ensino médio flexível, com a integração do ensino geral com o técnico no Distrito Federal. A escola primária recuperou prestígio e deu-se início à reforma dos seus objetivos e processos de ensino. A vinda de professores estrangeiros para as novas escolas superiores, em São Paulo e no Rio, era uma nota corajosa e promissora.

Em meio a tudo, o país crescia, aumentando as exigências em matéria de educação e tornando mais difícil a resistência às tendências improvisadoras, que se avolumavam em face da própria expansão nacional.

Numa segunda fase, a reação e um confuso tradicionalismo infiltraram-se, com pertinácia e não sem êxito, trazendo para a educação resultados paradoxais. O estado de espírito defensivo, que se apoderou da sociedade brasileira, interrompeu aquele ímpeto renovador. Afrouxaram-se as suas resistências ao que, embora aparentemente tradicional, já se mostrava à melhor consciência do país prejudicial à sua formação e ao seu progresso. Houve uma espécie de livre passe indiscriminado para tudo que fosse ou se rotulasse de tradicional e uma vigorosa hostilidade a tudo que fosse ou parecesse ser novo. E a educação – que fora sempre o setor mais sensível para a luta entre o novo e o velho – constituiu-se o grande campo para a derrota do que já havia de melhor no país em resistência e espírito de reconstrução. Entramos em uma fase de condescendência para com os defeitos nacionais, que raiou pela inconsciência. Confundimos dissolução com expansão.

Na escola primária – que era a melhor escola brasileira, apesar de todos os pesares – a redução dos horários e a volta aos métodos tradicionais transformaram-na em má escola de ler e escrever, com perda sensível de prestígio social, eficiência e alcance, decorrente de não se haver articulado com o ensino médio e superior e de não mais satisfazer às necessidades mínimas de preparo para a vida.

A escola secundária multiplicou-se, quase diríamos ao infinito. Como escola de passar de uma classe social para outra, fez-se a "escola" brasileira. Aí é que a exacerbação de uma falsa filosofia de educação e todos os velhos defeitos de nossa pedagogia passaram a reinar discricionariamente. Como a primária, organizou-se em turnos, reduzindo o período escolar a meio dia e, à noite, a um terço de dia. Improvisou professores. Sem sequer possuir a modesta pedagogia da escola primária, não a inquietou nenhuma agulhada de consciência na prática dos métodos mais obsoletos de memorização, da simples imposição de conhecimentos inertes e do formalismo das notas e dos exames. Fez crescer uma indústria de livros didáticos fáceis e fragmentados, "de acordo com o programa" e reentronizou o passar no exame como finalidade suprema e única da tortura, meio jocosa meio trágica, que é o nosso atual ensino secundário. Num país em que a iniciativa privada foi sempre reticente ou apática, para tudo que custa esforços e não renumera amplamente, fez-se do ensino secundário um dos campos prediletos dessa iniciativa.

Mas, não fica aí a consequência da nossa perda de resistência aos imediatismos de povo sem verdadeiras e firmes tradições educacionais. Passamos agora a "facilitar" o ensino superior, estamos dissolvendo-o, que a tanto importa a multiplicação numérica e irresponsável de escolas desse nível. Temos mais de 200 escolas superiores, mais de vinte faculdades de "filosofia", ciências e letras" e outras tantas faculdades

de "ciências econômicas", isto para somente citar escolas de que não possuíamos nenhuma experiência até uns quinze anos passados. E os processos de "concessão" continuam, tudo levando a crer que o episódio do ensino secundário se vai repetir, no campo mais alto do ensino superior. O espírito é o mesmo que deu em resultado a inflação do ensino secundário: o espírito da educação para o exame e o diploma, do ensino oral, expositivo, com o material único dos apontamentos, nosso ridículo sucedâneo das sebtas coimbrãs.

Está claro que tal educação não instrui, não prepara, não habilita, não educa. Por que, então, triunfa e prospera? Porque lhe restam ainda duas saídas, sem esquecer a singular versatilidade brasileira, que nos torna capazes de passar por cima de deficiências educacionais as mais espantosas.

As duas saídas têm sido e são ainda: a alargada porta da função pública e as oportunidades também ampliadas da produção brasileira, uma e outras sem maiores exigências ou padrões de eficiência. Com esse aumento quantitativo das chances de emprego, público e particular, e o baixo índice de produtividade do brasileiro, em qualquer dos dois campos, pagamos a nossa ineficiência, senão simulação educacional. É por aquele preço – parasitismo do emprego público e baixa produtividade, isto é, alto custo da vida – que conseguimos fechar o ciclo e impedir, deste modo, a ruptura do equilíbrio. Enquanto o nosso crescimento quantitativo se fizer com a aceleração presente e a aceitação de elementos de qualquer ordem para o preenchimento das nossas necessidades impedir a exigência de melhores requisitos, os serviços educacionais brasileiros continuarão a ser o que são, ajudados pela válvula de segurança do emprego fácil para os seus produtos de segunda ordem.

Há, entretanto, sinais de que estamos chegando a um momento crítico. O número de pseudo-educados já está transbordando das possibilidades de absorção. Isto já se evidencia, claramente, nos exames vestibulares das escolas superiores e nos concursos para cargos públicos e privados. Por outro lado, a produção, o comércio e as atividades técnicas superiores começam a dar mostras de inquietação. Há sintomas de uma mudança de atitude, que se revela, pelo menos, por três aspectos, a se refletirem na própria educação. No ensino secundário, pelo aperfeiçoamento voluntário e espontâneo de instituições que, escapando ao tipo corrente de competição, conseguem alunos e recursos suficientes para oferecer um dique ao desejo de educação fácil e formal. Tal não seria possível se também os pais não estivessem a sentir que já há vantagem numa educação de melhor qualidade. No ensino superior, por iniciativas sérias, tanto no ensino oficial quanto no particular, para a instauração de regimes novos, como em São Paulo e São José dos Campos, de tempo integral para professores e alunos, e o início de um verdadeiro ensino universitário. Nada disto seria possível, nos moldes da atual burocratização do ensino, se as necessidades nacionais não se estivessem fazendo a tal ponto gritantes que só cumprir as exigências de uma fiscalização burocrática não basta, impondo-se tentames que em muito já as superam.

Do ponto de vista da indústria, assistimos a fenômenos dos mais impressionantes e esclarecedores. Está ela tomando a si o problema de formar o trabalhador qualificado e especializado, com um sistema de ensino paralelo ao oficial e isento dos seus defeitos maiores.

Mas não nos iludamos. Todo esse mundo de candidatos reprovados nos vestibulares das escolas superiores e nos concursos de cargos públicos e de organismos paraestatais e privados constitui um mundo ludibriado pelas nossas escolas, que injeta na sociedade o veneno de suas decepções ou dos seus desajustamentos. São os frutos amargos do imenso sistema de frustração em que o ensino oficial e oficializado se vem constituindo.

Teremos, pois, de dar início a um movimento de reverificação e reavaliação de nossos esforços em educação. E é com este espírito, Senhor Ministro, que aceito a investidura com que me honra o Governo da República.

O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos tem de tentar uma tomada de consciência na marcha da expansão educacional brasileira, examinar o que foi feito e como foi feito, proceder a inquéritos esclarecedores e experimentar medir a eficiência ou ineficiência de nosso ensino.

Não podemos continuar a crescer do modo por que vamos crescendo, porque isto não é crescer, mas dissolver-nos. Precisamos voltar à idéia de que há passos e etapas, cronologicamente inevitáveis, para qualquer processo. Assim é que não podemos fazer escolas sem professores, seja lá qual for o nível das mesmas, e, muito menos, ante a falta de professores, improvisar, sem recorrer a elementos de um outro

meio, escolas para o preparo de tais professores. Depois, não podemos fazer escolas sem livros. E tudo isto estamos fazendo, invertendo, de modo singular, a marcha natural das coisas.

Como não temos escolas secundárias por nos faltarem professores, multiplicamos as faculdades de filosofia, para as quais, como é evidente, ainda será mais frisante a falta de professores capazes. Se não podemos fazer o menos, como havemos de tentar o mais? Para restabelecer o domínio deste elementar bom senso, em momento como o atual, em que a complexidade das mudanças impede e perturba a visão, são necessários estudos cuidadosos e impessoais, de que o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos deverá encarregar--se com o seu corpo de técnicos e analistas educacionais, mobilizando ou convocando também, se preciso e como for possível, outros valores humanos, onde quer que se os encontre.

Está já em curso no Congresso a lei complementar à Constituição, que traçará as diretrizes e bases da educação nacional. Essa lei básica não poderá deixar, dentro dos princípios constitucionais, de proceder a uma ampla e indispensável descentralização administrativa da educação, graças à qual este Ministério poderá retomar as suas altas e difíceis funções de liderança estimuladora e criadora da educação ao invés da atuação restritiva e rígida com que cerceia e dificulta, hoje, o desenvolvimento e a expansão das iniciativas e experiências novas, e limita e empobrece a força vivificadora da autonomia e do senso de responsabilidade. No novo regime, a ser implantado, de descentralização e liberdade com responsabilidade, dentro do quadro das bases e diretrizes da educação nacional, os instrumentos de controle e coordenação passam a ser os delicados instrumentos das verificações objetivas, dos inquéritos reveladores, da troca de informações e esclarecimentos, entre os educadores, nas conferências educacionais. Será um regime de sanções mais de opinião pública e de consciência educacional, a se criar no país, do que de atos de autoridade.

As funções do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos deverão ganhar, em a nova fase, amplitude ainda maior, buscando tornar-se, tanto quanto possível, o centro de inspirações do magistério nacional para a formação daquela consciência educacional comum que, mais do que qualquer outra força, deverá dirigir e orientar a escola brasileira, ajudada pelos planos de assistência técnica e financeira com que este Ministério irá promover e encorajar todos os esforços úteis e todas as iniciativas saudáveis, que as energias insuspeitadas da liberdade e da autonomia irão fazer surgir em todo o Brasil. Os estudos do INEP deverão ajudar a eclosão desse movimento de consciência nacional indispensável à reconstrução escolar.

A educação nacional está sendo, todos os dias, por leigos e profissionais, apreciada e julgada. Os métodos para estes julgamentos resumem-se, entretanto, nos da opinião pessoal de cada um. Naturalmente, os julgamentos hão de discordar, mesmo entre pessoas de tirocínio comprovado. Temos que nos esforçar por fugir a tais rotinas de simples opinião pessoal, onde ou sempre que desejarmos alcançar ação comum e articulada. Sempre que pudermos proceder a inquéritos objetivos, estabelecendo os fatos com a maior segurança possível, teremos facilitado as operações de medida e julgamentos validados. Até o momento, não temos passado, de modo geral, do simples censo estatístico da educação. É necessário levar o inquérito às práticas educacionais. Procurar medir a educação, não somente em seus aspectos externos, mas em seus processos, métodos, práticas, conteúdos e resultados reais obtidos. Tomados os objetivos da educação, em forma analítica, verificar, por meio de amostras bem planejadas, como e até que ponto vem a educação conseguindo atingi-los.

Cumprir-nos-á, assim e para tanto, medir o sistema educacional em suas dimensões mais íntimas, revelando ao país não apenas a quantidade das escolas, mas a sua qualidade, o tipo de ensino que ministram, os resultados a que chegam no nível primário, no secundário e mesmo no superior. Nenhum progresso principalmente qualitativo se poderá conseguir e assegurar, sem, primeiro, saber-se o que estamos fazendo.

Tais inquéritos devem estender-se aos diferentes ramos e níveis de ensino e medir ou procurar medir as aquisições dos escolares nas técnicas, conhecimentos e atitudes, considerados necessários ou visados pela escola.

Enquanto assim não procedermos, não poderemos progredir nem fazer recomendações para qualquer progresso, que não sejam de valor puramente individual ou opinativo. Este trabalho, pois, não será nenhum trabalho remoto e distante, mas parte integrante e preliminar do programa de reconstrução de

nossas escolas e revisão dos seus métodos. Não será por leis, mas por tais estudos, que daremos início à reforma do ensino, que todos anseiam mas temem, com fundado receio de que se transforme em mais uma experiência frustra de alteração de nomes ou de posição dos elementos no complexo da situação educacional.

Se conseguirmos, porém, os estudos objetivos que aqui sugerimos, e sobre eles fundarmos diagnósticos válidos e aceitos, não será difícil a elaboração dos métodos de tratamento e a indicação dos prognósticos. Os métodos de tratamento surgirão nos guias e manuais de ensino para os professores e diretores de escolas, os quais constituirão livros experimentais de sugestões e recomendações, para a condução do trabalho escolar. Em complemento, deveremos chegar até o livro didático, compreendendo o livro de texto e o livro de fontes, buscando integrar nestes instrumentos de trabalho o espírito e as conclusões dos inquéritos procedidos.

Com tal planejamento, estaremos prosseguindo ao estudo objetivo da educação e lançando as bases de nossa ciência da educação. Uso esta palavra – ciência – com extremo cuidado, porque, entre nós, dela se vem abusando, como não menos, da palavra técnica.

Esforçar-nos-emos por aplicar métodos objetivos e, quando possível, experimentais, mas tudo conduziremos com o sedimento profundo do caráter provisório do conhecimento, mesmo quando ou, talvez, sobretudo, quando científico. A ciência não nos vai fornecer receitas para as soluções dos nossos problemas, mas o itinerário de um caminho penoso e difícil, com idas e voltas, ensaios e verificações e revisões, em constante reconstrução, a que não faltará, contudo, a unidade de essência, de fins e objetivos, que estará contida não só na lei de bases e diretrizes, como na consciência profissional, que pouco a pouco se irá formando entre os educadores. Será por este modo que o Instituto pensa se deixar conduzir pelo método e espírito científico.

Temos um imenso campo de estudos, mas o terreno de há muito vem sendo amanhado. Além dos levantamentos estatísticos e das descrições externas das unidades escolares, há procedentes de investigações mais sérias e o começo de elaboração de certas medidas. O primeiro período do INEP foi o de uma instituição de pesquisas sob a experimentada orientação de um dos nossos maiores profissionais de educação, o Dr. Lourenço Filho.

A maior parte, contudo, das práticas educacionais brasileiras está a reclamar maiores estudos. Quase todos os instrumentos de medida estão por ser elaborados.

A tarefa é grande. Mas, para tarefas dessa ordem, os ingredientes são a humildade e a fé. E isto creio que teremos todos os que já trabalham e os que vamos trabalhar no Instituto, pois a humildade advém-nos da precariedade de nosso conhecimento real das coisas do ensino no Brasil e a fé, de nosso amor por ele.

### **1963: O ano da Educação – Anísio Teixeira (Discurso)**

A fala de ontem do Senhor Presidente da República a respeito da educação do povo brasileiro teve realmente um tom novo e diferente. Sob certos aspectos pode ser considerada histórica a sua declaração.

A monótona controvérsia sobre educação como conseqüência do desenvolvimento e educação como sua condição - berlenga que lembra a velha questão de quem nasceu primeiro, a galinha ou o ovo? - foi afinal afastada, e o Presidente soube dar à escola a devida prioridade. De certo modo é ela mais do que investimento, porque a condição mesma para todos os investimentos. Aliás os próprios céticos da escola não prescindem dos educados para qualquer investimento. Preferem apenas que se obtenham educados por imigração. Querem os já escolarizados em outros países.

O ceticismo dos "realistas" - e nisto com certo fundamento - não é da escola em si, mas da escola brasileira. E aí está, verdadeiramente, toda a tragédia. Até para educar é preciso que já haja educados. Nenhum empreendimento é mais a famosa boot-strap operation do que este da escola. Temos que nos suspender a nós mesmos pelos cadarços de nosso sapatos.

Deste impasse, entre "líricos" que acham a escola algo que se improvisa e "realistas" que nos mandam esperar até que nos desenvolvamos, isto é, nos eduquemos, para então criarmos nossas escolas - é que temos de sair. Mas, como? Como dele saíram todos os povos. E nós, com a vantagem de que podemos aprender de sua experiência. Seria mais fácil se tivéssemos começado mais cedo. Faltou-nos, contudo, motivação. Faltou-nos propósito. Faltou-nos determinação.

É esta que parece haver afinal chegado. Este ano, que se encerra com a esplêndida oração do Presidente e que já estava marcado pela ascensão da vigorosa juventude de Darci Ribeiro à liderança educacional do país - este ano parece ser o início de uma nova era na vida escolar do país. O programa que ontem esboçou o Presidente conta com recursos - primeiro sinal de sua seriedade - e obedece a um planejamento e a certa sistematização. Não vai realizá-lo só o governo federal, mas todos os governos estaduais e todos os municipais, apelando ainda o Presidente para a boa vontade de todos os que já contam com o privilégio da educação.

E a grande operação não é da simples expansão das escolas, mas a do seu aperfeiçoamento e de sua expansão, após melhorar-lhe a qualidade. Aí é que está o segredo do suspender-se a si mesmo da escola.

Seja lá qual for a nossa impaciência, temos que realizar algumas graves experiências de demonstração do que sejam boas escolas. E deste exemplo partir para a expansão. São estas experiências que se irão realizar com os centros de treinamento do magistério. As escolas serão o que forem os seus professores. Nada menos de quarenta centros de treinamento do magistério projeta instituir o governo federal nos próximos oito anos. E talvez dezoito, nos próximos três anos. Tais centros serão centros de demonstração, com escolas primárias de alto nível, em que, pelo método de aprendizado, farão a sua formação, melhor diria, seu tirocínio, os professores dos professores brasileiros. Cada um desses professores de alto nível será um supervisor, que tomará a seu cargo aperfeiçoar cinco ou dez professores comuns. Deste modo, partindo de um bom padrão, tentaremos generalizar este bom padrão. Com isto desejamos, sobretudo, atender aos "realistas", a que não falta razão quando descrêem da escola improvisada, inadequada e ineficiente.

Educação é como tratamento. Há o bom e há o ineficaz. E ninguém sabe mais disto do que os já educados. Só os inadequados concebem a educação ineficiente. A tragédia do país subdesenvolvido é que lhes falta a fiscalização dos já educados, tornando-se melancolicamente fácil fazer passar gato por lebre.

Dos muitos aspectos do novo plano nacional de educação, quero assim, acima de todos, sublinhar este. O plano trienal para que nos convocou o Presidente da República não é, pois, mais uma panacéia educacional, mas o esforço total da nação para implantar um sistema educacional que nos emancipe e forme o nacional como se formaria o imigrante de que antes podíamos depender. A escola brasileira terá de ser uma escola que em nada se envergonhe das escolas dos países desenvolvidos. É assim que a queremos - nós, das classes privilegiadas - para os nossos filhos. É assim que a devemos desejar para o povo brasileiro.